

**PROBLEMATIZANDO A DEMOCRACIA NA ESCOLA:
SENTIDOS E PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO ENSINO
MÉDIO PÚBLICO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA
DO ALUNADO**

José Augusto Gerônimo Ferreira¹
Leticia Rodrigues da Silva Santos²
Tamires Farias de Oliveira³
Jorge Antonio Vieira⁴

FERREIRA, J. A. G.; SANTOS, L. R. da S.; OLIVEIRA, T. F. de; VIEIRA, J. A. Problematizando a democracia na escola: sentidos e percepções de professores do ensino médio público sobre a participação democrática do alunado. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 16, n. 2, p. 275-297, jul./dez. 2016.

RESUMO: O estudo investiga o tema das participações democráticas dos alunos em ambientes escolares, em suas diversas manifestações, a partir das percepções e sentidos de professores em rede pública de ensino. O conceito de democracia indica a ação que se constrói por reciprocidade, pela coordenação de pontos de vista, pelas operações de correspondência ou complementaridade e pela existência de regras autônomas de condutas fundamentadas no respeito mútuo. O estudo realizou-se por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com professores de escolas da rede pública de ensino em Umuarama/PR, mediante instrumento entrevista, na modalidade de entrevista semiestruturada, indagando sobre a questão da educação participativa e suas repercussões. A hipótese é de que a escola, utilizando-se das relações simétricas e cooperativas, torna-se um espaço de extrema importância no auxílio do desenvolvimento da autonomia do sujeito e suas habilidades sociais cooperativas. Os resulta-

¹Acadêmico do curso de Psicologia, Universidade Paranaense. Av. Paraná, 5636, CEP 87502.000. Email jose_augusto_2014@hotmail.com

²Acadêmico do curso de Psicologia, Universidade Paranaense. Rua Alberto Jackson byington, 276, Centro, Altônia - PR CEP: 87550-000. Email le_rodrigues_s@live.com

³Acadêmica do curso de Psicologia, Universidade Paranaense. Rua Holanda n 170, CEP- 064.341.579 - 32, bairro Sarandi- Rondon-pr.email tamiresdecaires@gmail.com

⁴Doutor em filosofia, professor do curso de Psicologia da Universidade Paranaense. Av. Paraná, 5636, CEP 87502.000 Umuarama- Pr. email jviera@unipar.br

dos são discutidos em dois eixos temáticos: a participação dos alunos em assembleias e conselhos; os sentidos envolvidos quanto à efetivação de iniciativas democráticas para prevenção e gestão dos fenômenos nomeados como indisciplina na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Gestão democrática; Educação; Formação docente.

QUESTIONING DEMOCRACY AT SCHOOL: DIRECTIONS AND EDUCATION TEACHER PERCEPTIONS PUBLIC MIDDLE OF THE DEMOCRATIC PARTICIPATION STUDENT

ABSTRACT: The present study investigates students democratic participation in scholar contexts, in its several manifestations, as understood by teachers perceptions and meanings at public high schools. Democracy concept indicates an action based on reciprocity, coordination of different points of view, by correspondence or complementary operations and by the existence of autonomy roles of conduct grounded on mutual respect. This research was done using bibliographic and field research with public high schools teachers in Umuarama/Pr, and data were collected by semi-structured interview involving participative education and its repercussions. Hypothesis is that schools, using symmetrical and cooperatives relations can be space of extreme importance for helping subjective development of autonomy and his social cooperative abilities. Results are discussed in two thematic topics: students participation in assembly and councils; meanings involved in effectuating democratic strategies for prevention and management of indiscipline in schools.

KEYWORDS: Democracy; Democratic management; Education; Teacher training.

PROBLEMATIZANDO LA DEMOCRACIA EN LA ESCUELA: SENTIDOS Y PERCEPCIONES DE PROFESORES DE LA ENSEÑANZA SECUNDARIA PÚBLICA SOBRE LA PARTICIPACIÓN DEMOCRÁTICA DE LOS ESTUDIANTES

RESUMEN: Este estudio investiga el tema de la participación democrática de los estudiantes en los centros escolares, en sus diversas mani-

festaciones, desde las percepciones y sentidos de profesores en escuelas públicas. El concepto de democracia indica la acción que se basa en la reciprocidad, por la coordinación de puntos de vista, por las operaciones de correspondencia o complementarias y por la existencia de normas autónomas de conductas basadas en el respeto mutuo. El estudio se llevó a cabo a través de la investigación bibliográfica y de campo, con profesores de escuelas públicas en Umuarama / PR, en forma de entrevista semiestructurada, indagando sobre la cuestión de la educación participativa y sus repercusiones. La hipótesis es que la escuela, utilizándose de las relaciones simétricas y de cooperación, se convierte en un espacio de extrema importancia para ayudar al desarrollo de la autonomía del individuo y sus habilidades sociales cooperativas. Los resultados se discuten en dos temas: la participación de los estudiantes en asambleas y consejos; y los sentidos que intervienen, en cuanto a la eficacia de las iniciativas democráticas, para la prevención y gestión de los fenómenos nombrados como la indisciplina en la escuela.

PALABRAS CLAVE: Democracia; Gestión democrática; Educación; Formación docente.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema o fenômeno das ações cooperativas em ambientes escolares e suas repercussões no processo educacional. Os desafios pelos quais passam a educação na contemporaneidade se impõem como tema de estudos e instigam trabalhos no sentido de repensar posturas tradicionais e práticas autoritárias e centralizadoras. O tema das ações cooperativas em ambiente escolar se apresenta como uma possibilidade de abordar os problemas educacionais de uma perspectiva nova e mais frutuosa. Nesse sentido, faz-se assim necessário uma investigação sobre o trabalho cooperativo visando a despertar reflexões que resultem em mudanças de postura que possam contribuir para a melhoria das relações, da qualidade de ensino e da criação um ambiente escolar cooperativo.

Neste estudo, o que se está chamando de “ambiente escolar cooperativo” é um ambiente onde a opressão do adulto é reduzida o máximo possível e nele encontram-se as condições que engendram a cooperação, o respeito mútuo, as atividades grupais que favorecem a reciprocidade, a ausência de sanções expiatórias e de recompensas, e onde as crianças tem

oportunidade constante de fazer escolhas, tomar decisões e de expressar-se livremente (ARAÚJO, 2001).

Uma das grandes questões educacionais contemporâneas é o tema da cooperação e democracia na escola e sua estruturação em práticas e projetos coletivos que favoreçam a reciprocidade, ação conjunta, participação e senso de cooperação. As relações de cooperação são regidas pela reciprocidade. São relações constituintes, que pedem mútuos acordos entre os participantes, uma vez que as regras não são dadas de antemão. Somente com a cooperação, o desenvolvimento intelectual e moral podem ocorrer, pois ele exige que os sujeitos se descentrem para compreender o ponto de vista alheio (LA TAILLE, 1992, p.59 apud BRAGA e MORAES, 2010).

Com base nessa linha de pensamento, busca-se compreender o quanto uma prática cooperativa pode melhorar a relação aluno/professor/escola, e conseqüentemente a questão do desenvolvimento educacional. Esse tema se faz relevante pelo fato de que hoje um dos grandes problemas das instituições escolares é a educação participativa. A importância dessa educação participativa é que ela favorece a aquisição de habilidades de valor na participação na administração na vida adulta. Pessoas educadas em contextos muito autoritários tem dificuldades em participar e realizar trabalhos cooperativos (MOTTA, 2003).

A preocupação com a participação decorre dos valores democráticos, ou seja, da noção de que sociedades ou coletividades como empresas, escolas são pluralistas, constituídas por pessoas e grupos heterogêneos, e que nesse sentido, precisam ter seus interesses e valores respeitados. As iniciativas de ações participativas proporcionam a prática da coletividade e a convivência com diferentes subjetividades em ações coletivas.

A educação cooperativa se faz de extrema importância, segundo Araújo (2001), pois ao libertar a criança da mística da palavra adulta e da coação, a cooperação será responsável pela socialização da mente e abrirá caminho para o desenvolvimento da autonomia da consciência do indivíduo. Assim, se a criança conviver num “ambiente cooperativo” e democrático, ela tenderá a desenvolver a autonomia moral e intelectual e poderá atingir níveis de moralidade autônoma.

Nesse sentido, os objetivos desse estudo foram pesquisar as relações entre cooperação, participação e a organização escolar, bem como os

sentidos da relação escola-democracia; investigar nas escolas a existência de estratégias de participação de alunos, a atuação docente; apresentar os sentidos e percepções docentes sobre democracia escolar, participação dos alunos, estratégias participativas e o fenômeno da indisciplina escolar.

O estudo foi realizado utilizando inicialmente a pesquisa bibliográfica e, a seguir, a pesquisa de campo em algumas escolas do ensino médio da rede pública de ensino na cidade de Umuarama, Pr. A escolha das escolas deu-se de forma aleatória. A técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista em modalidade semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa foram cinco diretores e cinco professores das escolas públicas do ensino médio do Núcleo Regional de Educação de Umuarama, escolhidos aleatoriamente, e com o anonimato protegido, a partir do consentimento livre e esclarecido dos sujeitos. As entrevistas foram realizadas em ambientes escolares conforme a indicação dos entrevistados. A realização dos estudos efetivou-se após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos. Os sujeitos foram indagados sobre os seguintes quesitos: existência e modalidades de experiências de gestão democrática em sua escola; percepções sobre as assembleias escolares, assembleias de classe, conselhos, etc; experiências de cooperação e participação que se destaca no ambiente educacional; estratégias que estão sendo adotadas para enfrentamento da indisciplina; declaração de palavras ligadas à democracia na escola e exemplos de situações associadas às palavras mencionadas.

A discussão das entrevistas segue o modelo de análise do discurso: decodificação dos discursos, categorização dos sentidos e discussão/apresentação das percepções apresentadas. A seguir, o estudo apresenta um momento de recuperação panorâmica do conceito de democracia e da vinculação democracia-educação, para na sequência apresentar e discutir simultaneamente os resultados das entrevistas com os sujeitos.

CONCEITUANDO A DEMOCRACIA ESCOLAR, PROPOSTAS E DIFICULDADES DE EFETIVAÇÃO

O tema da relação entre educação e democracia tem estado em debates desde o texto inaugural de John Dewey (1979). A palavra de-

mocracia possui vários sentidos os quais se iniciam pelo entendimento dos gregos atenienses, passam pela reformulação do estado liberal e chega até o presente com novas perspectivas relacionando democracia a participação e estado de direitos. Estaremos apresentando uma breve compreensão acerca da importância das leis no processo democrático, assim como, algumas das dificuldades ainda encontradas em efetivação na gestão escolar. Buscamos por meio desse trabalho desenvolver o tema democracia e educação, nesse sentido as contribuições de John Dewey foram essenciais, promovendo as possíveis ligações. Além disso, iremos discutir as percepções dos entrevistados sobre a democracia na gestão escolar pública.

Para refletirmos sobre o tema podemos começar com a concepção da democracia no contexto de sua origem na Grécia Clássica em Atenas. A democracia ateniense tem segundo Silva (2009) a concepção de governo dos cidadãos, na qual, os atenienses classificados de *cidadãos* tem o direito de participar e administrar a polis: o cidadão grego receberia essa denominação se fosse do sexo masculino, maior de idade, livre e nascido em Atenas. Nesse sentido, nem todos os indivíduos residentes na polis ateniense poderiam e detinham do poder de participação, pois, as mulheres, a categoria chamada de crianças e jovens, os escravos e os estrangeiros que residiam em Atenas eram excluídos deste direito.

A partir desse modelo proposto pelos atenienses há ampliações do conceito de democracia para um sentido representativo e de liberdade, as quais ganham força e se desenvolve na modernidade no contexto do liberalismo econômico e político do estado liberal a partir das reflexões de John Locke (FERREIRA, 2007). O estado liberal, no qual a democracia representativa ganha força, consiste na escolha por meio da votação de representantes dos indivíduos para a execução de poderes. Assim, neste tipo de regime, “a burguesia reinterpreta os valores da democracia grega vinculando-a aos valores liberais, principalmente à igualdade de oportunidades segundo a capacidade individual das pessoas, e não à igualdade real na sociedade” (SILVA, 2009, p. 95). Segundo este autor a nova visão democrática proposta pelo estado liberal ainda continua excluindo parcelas da população e direcionando o poder de escolha dos representantes aos proprietários de terras e possuidores de recursos financeiros, ou seja, a burguesia. Esta nova forma de gestão democrática proposta pelo estado

liberal, mesmo que seja representativa, continua enfatizando uma gestão numérica, não entendendo a democracia como participativa. No entanto, esta proposta de democracia gerou indignação à população excluída que decide reivindicar seus direitos conquistando também o poder de atuar neste cenário, mas novamente a burguesia cria dispositivos e mecanismos de continuar no poder, de maneira que as pequenas parcelas da população continuassem a não ter controle sobre o estado (SILVA, 2009).

A ligação entre o tema da democracia com as instituições de ensino foi desenvolvida na filosofia da educação de John Dewey. Este é o primeiro autor a demonstrar interesse na relação entre *educação e democracia e sociedade* e desenvolve temas relacionados à educação como necessidade da vida, a educação como função social e a educação como direção e a educação como crescimento (DEWEY, 1979). Dewey acreditava que a educação e a democracia seriam os alicerces fundamentais para evolução da sociedade. Para esse autor, uma sociedade democrática se constitui a partir de uma educação também democrática, pois a escola seria a intermediadora, sendo a sua função facilitar, promover e interferir na vida democrática social por meio da formação de indivíduos mais democráticos (DEWEY, 1979).

De acordo com Favero e Tonieto (2011) o entendimento de John Dewey em relação a mudanças e transformações da sociedade está diretamente ligada às normas e aos métodos no sistema educacional. Para Dewey a democracia não se caracteriza pela representação de apenas alguns setores, mas sim pela liberdade para participação, cooperação, debates, discussões, posição de ideias, diálogo, igualdade, etc. Conforme ressalta Dewey, “uma democracia é mais do que uma forma de governo; é, principalmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (1979, p.93). Essa forma de vida que Dewey propõe, incentiva os indivíduos a expandir seus campos de participação e de interesses de forma associada e comunicada para que seus afetados possam receber mais estímulos gerando supressão de barreiras construídas.

Dewey propõe em sua filosofia uma nova concepção de educação, baseada na experiência da vida e aprendizagem humanas. Para este autor, a educação deve sempre ser renovada e progressiva pautada nos princípios democráticos, num sentido contrário a educação tradicional

até então desenvolvida. De acordo com Balói (2009) a escola tradicional praticava uma educação centralizada apenas na formação de hábitos e de comportamentos culturalmente estabelecidos. Em contrapartida, as propostas deweyanas apresentam um olhar voltado à realidade e psicologia do aluno, na qual os objetivos educacionais seriam recebidos em função do aluno, gerando assim, uma pedagogia mais democrática, centrada na realização de ações cooperativas e coletivas, cultivando a participação e a expressão também do alunado. Portanto, uma educação democrática, de modo que esta ofereça aos alunos diferentes experiências individuais, trocas de experiências e participação no processo educativo, pois para este autor, cabe a educação propiciar ao alunado experiências de caráter democrático.

Dewey entende que a democracia é “a condição para que a educação promova o aprimoramento da vida social e humana, respeitando a pluralidade e, ao mesmo tempo, procurando interesses comuns” (VERÁSTEGUI, 2012, p. 29). Em outras palavras, torna-se necessário uma educação democrática para haja a formação de cidadãos com princípios democráticos. De acordo com Dewey, tanto o meio social como o educacional vão fazer parte do processo educativo e, segundo este autor “o meio social consiste em todas as atividades de seres semelhantes intimamente associados para a realização de seus fins comuns” (DEWEY, 1979, p.24). O meio social torna-se educativo e concreto com a participação do indivíduo em alguma atividade conjunta. Sendo assim, pode-se compreender a necessidade de uma educação pautada nos princípios e experiências democráticos, pois esta servirá de instrumento para adaptação de uma sociedade democrática. De acordo com Favaro e Tonieto (2011, p.12) “para Dewey, a educação é o verdadeiro instrumento que possibilita mais crescimento e mais aperfeiçoamento em vista da construção de uma sociedade democrática”.

As novas ideias em filosofia da educação propostas por Dewey tiveram uma recepção no pensamento educacional brasileiro a partir de 1930, com o movimento conhecido como Escola nova (SOUZA e MARTINELLI, 2009). Esse movimento destaca em seus princípios uma mudança no método tradicional de ensinar. A escola tradicional é baseada no princípio do rigor e centrada no autoritarismo, excluindo a participação do alunado. Sendo assim, podemos dizer que a escola tradicional é em sua

essência antidemocrática e a escola nova apresenta bases metodológicas que abrem espaços para falar e desenvolver a práticas e experiências democráticas. Assim, Souza e Martineli (2009) relatam que a escola pode ser um ambiente, no qual, os alunos tenham a experiência de atividades cooperativas, de convivência com as diferenças de poder e pensamentos, e de resolução de conflitos de modo participativo e não apenas impositivo e normalizado. É neste sentido que a filosofia de Dewey se apresenta como ruptura deste modelo tradicional, aplicando e investindo na formação de gestores e professores com princípios democráticos.

No Brasil as primeiras ideias e propostas de uma educação que se vinculasse à democracia ocorre através dos trabalhos de Anísio Teixeira (LIMA, 2011), o qual propõe uma educação democrática a partir do conhecimento e do entendimento da filosofia de Dewey, e apresenta em suas obras discussões relacionadas ao tema democracia e educação (TEIXEIRA, 1971). De acordo com este autor, a democracia é a nova tendência da sociedade contemporânea, sendo ela um modo de vida social e a nova forma de exercer o ensino teria por finalidade “preparar cada homem para ser um indivíduo que pense e que se dirija por si, em uma ordem social, intelectual e industrial eminentemente complexa e mutável” (1971, p. 36). Em outras palavras, entende-se que a proposta educacional de Anísio Teixeira é que, por meio da nova educação possa-se desenvolver nos alunos o princípio da autonomia e participação, formando um indivíduo que saiba conviver com os outros, que saiba cooperar, que saiba expressar suas opiniões e respeitar o modo dos outros se expressarem, um indivíduo que saiba debater e que esteja aberto para discussões. Contrariando assim todas as formas de execução das formas tradicionais de educar, na qual, a educação se apresentava de forma estática.

De acordo com Anísio Teixeira a educação tradicional pressunha fundamentos hierárquicos e autoritários, e sua forma de ensino consistia em ensinar o aluno a seguir e a obedecer. Em outras palavras: “a escola nada mais era do que uma casa onde as crianças aprendiam o que lhes era ensinado, decorando as lições que os professores marcavam, depois tomavam, e que lhes forneciam elementos de informação e saber, que só mais tarde deveriam utilizar” (1971, p. 38). A proposta da escola tradicional era então a de disciplinar o aluno, para que este se tornasse dócil, sem nenhum tipo de conhecimento crítico e reflexivo.

Já a nova proposta da educação democrática deverá tanto proporcionar aos alunos o conhecimento e o aprendizado, como também possibilitar a esses condições, para que desenvolvam atitudes críticas de sentido democrático. Através disso passou-se então a preservar e a reconhecer características do papel essencial do aluno dentro da instituição de ensino, quebrando com as formas autoritárias e abrindo espaços para criação de autonomia desses sujeitos. .

No Brasil a efetivação jurídica da democracia escolar aparece na constituição federativa de 1988. Trata-se de um período em que o país está saindo do sistema de regime militar e se redemocratizando. Com isso a constituição declara a obrigatoriedade e a importância de princípios democráticos também nas escolas. Através do decreto da constituição abriram-se caminhos para que o sistema educacional pudesse ampliar suas formas de atuação quanto à possibilidade do surgimento de novas leis que assegurassem estes princípios. Dentre essas leis, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta é considerada a mais importante lei da educação nacional, pois tem como finalidade regulamentar e direcionar o ensino. Além disso, garante que a gestão escolar seja democrática. A efetivação de processos democráticos no ensino se dá a partir da criação de dispositivos legais implantados pela LDB.

Nascimento (2007) relata que esses dispositivos repercutiram num processo de estratégias e experiências de gestão democrática tais como: Conselho Escolar, Conselho de Classe, APMF (Associação de Pais, Mestre e Funcionários), Grêmios Estudantis e Eleições para Diretores. Estes dispositivos movimentam a gestão escolar, proporcionando e possibilitando que todos os setores se envolvam com a concretização da educação democrática para a qual é indispensável a participação e a contribuição de *todos*. Nascimento (2007) ressalta que, a escola democrática contribui para substituir o autoritarismo pela autonomia, para que o gestor e todo setor social envolvidos na educação possam juntos ter uma melhor reflexão, regulamentação e concretização dos princípios éticos e democráticos, na tentativa de se criar uma escola pública de qualidade.

As indicações acima ressaltam a necessidade e a possibilidade do envolvimento e da participação de *todos os envolvidos nos processos educacionais*, para que assim possa-se quebrar com o as relações autoritárias e construir relações mais autônomas, descentralizadas e partici-

pativas. De acordo com Albuquerque (2012) quando a gestão for muito autoritária as principais dificuldades implicadas seriam: ceticismo, descrença, temor e resistências por parte de posturas autoritárias de docentes e gestores. Sendo assim, entende-se o quanto importante e necessária é a gestão democrática no ensino, pois é por meio desta que serão produzidos princípios de mudança e experiências democráticas para os alunos de forma a possibilitar a formação do alunado para a vida social democrática.

APRESENTANDO E PROBLEMATIZANDO AS PERCEPÇÕES SOBRE DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A análise dos conteúdos das entrevistas conduziu aos seguintes eixos para a discussão: participação do alunado, representações subjetivas dos docentes sobre o significado de democracia escolar, indisciplina no ambiente escolar e estratégias democráticas de prevenção.

O primeiro eixo de problematização foi em torno da participação do alunado e democracia escolar. A pesquisa de campo realizada por meio de entrevista semiestruturada com gestores e professores do ensino médio de escolas da rede pública obteve dados sobre os conselhos e assembleias escolares. A partir desses dados podemos discutir e problematizar as percepções e sentidos dos docentes sobre essas formas de gestão escolar democrática.

Percebemos nos discursos dos entrevistados uma compreensão incompleta da função dos conselhos, das assembleias escolares e das relações democráticas que poderiam ser estabelecidas nos ambientes educacionais. Em função disso, a gestão democrática no âmbito da educação aparece associada aos mecanismos legais e institucionais e à implementação de ações que incentivem a participação social. Os conselhos e assembleias escolares envolvem representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, compondo-se em um espaço de articulações de novas formas de se dividir o poder de decisão na escola, através de uma gestão democrática.

Dessa forma, quando se fala em gestão democrática Araújo (2006) enfatiza que é um espaço de autonomia e participação por parte de todos os envolvidos e que pode ser executado dentro dos conselhos e assembleias escolares. A concepção de democracia no âmbito escolar res-

peita o aluno como indivíduo único, capaz de construir seu aprendizado e de buscar melhores condições na construção de seus conhecimentos.

Sobretudo Araújo (2006) esclarece que dentro das assembléias e conselhos escolares podem ocorrer um espaço de participação, de construção e autonomia, de avaliação para solução de problemas, nas quais se abrem espaços para o diálogo por meio de uma gestão democrática, contando com a participação de alunos, pais, e comunidade envolvida, juntamente com toda a equipe pedagógica. Nesse sentido, as assembleias e conselhos podem oferecer o protagonismo dos estudantes nos processos de regulação e de tomada de decisões, no qual, os alunos possam ter o direito de expor suas opiniões, expressarem seu ponto de vista, ou seja, poder exercer uma participação ativa nas tomadas de decisões, juntamente com todo o colegiado.

Entretanto, conforme relatam os sujeitos entrevistados, essa participação acontece de forma hierarquizada, como apresentado na fala de um dos participantes que diz: “Eles (alunos) participam pouco, participam mais naquilo que lhes é exigido [...] mas talvez até por culpa nossa da parte dos profissionais da educação da parte administrativa da escola, talvez a gente envolva pouco os alunos”.

É importante a vinculação reconhecida entre participação e autonomia em gestão democrática dentro das escolas e isso implica em reconhecer e possibilitar a participação do aluno: opinar e fazer escolhas diante daquilo que lhes diz respeito, e, sobretudo o direito de ser respeitado nessas escolhas; aos educadores a concepção de mediadores, que proporcionam meios de aprendizagem específicos para cada situação, e valorização da autonomia dos alunos.

Contudo, é uma prática comum em ambientes escolares a adoção de iniciativas para controlar o comportamento dos alunos apenas com medidas de punição ou com imposição de regras de conduta e controle excessivos. De fato, um dos entrevistados mencionou que, por vezes “conversar não resolve o problema, então é necessário formas mais punitivas de gestão”.

Porém, não apareceu em nenhuma das entrevistas situações em que os educadores criem estratégias para a conscientização ou promoção da autonomia e senso crítico desses alunos, ou mesmo formas de incentivo para que eles possam efetivamente participar. Em algumas falas apa-

receu inclusive uma desvalorização da participação do aluno no sentido que, segundo o sujeito entrevistado, quando os alunos se manifestam eles tumultuam as reuniões e não falam coisas importantes.

Destaca-se ainda que os resultados apresentam diante da fala de alguns entrevistados uma culpabilização do aluno em não exercer sua participação, a julgar pela fala de um dos sujeitos ao dizer que o aluno “não participa porque não quer mesmo participar”. Observou-se também certa omissão por parte dos educadores sobre a responsabilidade de formar alunos com senso crítico e conscientes de seu papel social, como disse um dos entrevistados “hoje eu não sei o porquê, não sei o motivo, algum tempo atrás era convidado sim os líderes de sala para participar, mas hoje já não participa não”; outro entrevistado disse “quando você pergunta [...] o aluno não sabe defender a ideia, ele até aponta fatos genéricos, mas não pontuais lógicos”.

A partir dessas situações podemos pensar sobre as percepções dos docentes e gestores quanto às formas de incentivar e favorecer a efetiva participação e protagonização desses alunos, visto que, a pesquisa mostrou problemas na participação desses alunos em conselhos e assembleias. Neste sentido, aparece nos resultados da pesquisa uma desvalorização da participação juvenil nas assembleias escolares, fenômeno indicativo das posturas autoritárias de gestão, que partem do pressuposto de que os alunos são descompromissados e não querem se envolver ou se responsabilizar com as questões escolares, ou quando se envolvem é para fazer solicitações que sejam mais “maleáveis e light”. Segundo a percepção de alguns entrevistados os alunos quando participam dos conselhos e assembleias fazem solicitações que envolvam menos aulas e menos compromisso, ou seja, aparece nos discursos dos entrevistados uma culpabilização aos alunos por não possuírem senso crítico.

Entretanto, Patto (1999) destaca que, culpabilizar o aluno pelo seu insucesso, estigmatizá-lo ou limitá-lo em suas capacidades pode gerar alguns fenômenos tais como a aversão e desvalorização das estratégias democráticas de participação. É nesse sentido que podemos indicar a importância de proporcionar meios de viabilizar a aprendizagem e protagonismo do alunado. O termo Protagonismo Juvenil como modalidade de ação educativa pode ser assim entendido:

[...] é a criação de espaços e condições capazes de possi-

bilitar aos jovens envolverem se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como: fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. [...] O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2000, p.179).

Conforme destaca Costa (2000), alguns fundamentos básicos do protagonismo juvenil são: a ideia de que o jovem é parte da solução e não pode ser considerado problema, podendo ser fonte de iniciativa, liberdade e compromisso; uma visão sistêmica do protagonismo juvenil tem a participação como base, cooperação como meio e a autonomia do jovem; no âmbito escolar o aluno pode aprender os meios de desenvolver sua autonomia, participação e senso crítico. A escola tem a responsabilidade pelo ensino, além do compromisso ético, é necessário que os educadores criem propostas baseadas no protagonismo juvenil.

O tema da gestão é destacado por Ferreira (2003) para o qual a gestão democrática contribui para a existência de relações e práticas participativas entre o governo, a administração, professores, alunos, pais e outros membros da sociedade local. Contudo, conforme pontua Medeiros (2003), podemos fazer alguns questionamentos sobre as diferentes possibilidades de vivenciar processos de autonomia nas escolas tendo em vista os desafios que precisam ser enfrentados, considerando a tradição autoritária e centralizadora, comum em nossas escolas; os modos de oportunizar a participação da comunidade educativa a partir da diversidade dos diferentes atores sociais; a relação entre democratização da escola e qualidade de ensino e que se entende por gestão democrática na educação.

Podemos então enfatizar a possibilidade de que as escolas promovam o protagonismo juvenil, criando situações em que a participação dos alunos não seja meramente ilustrativa como apareceu nos resultados da pesquisa. E sim que esse protagonismo ocorra de forma efetiva, consciente, pressupondo um compromisso com a democracia contribuindo para o desenvolvimento social.

Um segundo núcleo de discussão concentra os sentidos envolvidos quanto à efetivação de iniciativas democráticas para prevenção e gestão dos fenômenos nomeados como indisciplina na escola. As entrevistas

dão suporte para compreender que a indisciplina ocupa lugar de destaque entre as maiores preocupações pedagógicas, devido à centralidade desse tema na maioria das entrevistas.

Segundo Damke e Golba (2007) o conceito de indisciplina está atrelado diretamente com a noção de disciplina: a disciplina é compreendida como o controle da conduta do aluno, enquanto que a ideia de indisciplina agrupa os comportamentos divergentes aos controles preestabelecidos, através de desobediência, rebelião e outros comportamentos vinculados à má conduta e criminalidade, como apareceu nas falas dos entrevistados.

Bellia e Santos (2010), analisam que quando se refere à indisciplina escolar as opiniões são divergentes e variadas. Múltiplos olhares e suposições são colocados diante a temática que está tão presente no ambiente escolar e que tem causado aflição em professores e gestores. Essa multiplicidade de interpretações apareceu claramente nas entrevistas realizadas. Em uma categoria de respostas sobre a indisciplina e as medidas tomadas para a problemática apareceram discursos que, em sua grande maioria, responsabilizam o aluno pela indisciplina escolar. Nas falas de gestores e professores a responsabilidade do alunado pela indisciplina escolar está vinculado com fatores externos aos muros da escola. Entrevistados afirmam que a escola não gera indisciplina ela é apenas mais uma vítima das relações familiares conturbadas, dos conceitos culturais perdidos, do desinteresse de pais e responsáveis pelo aproveitamento escolar do alunado, pelos valores morais perdidos, entre outros aspectos externos que acabam conturbando o interno.

Professores e gestores entrevistados não apresentam em seus discursos os aspectos envolvidos dentro do ambiente escolar e desenvolvidos nele que causam indisciplina, como a relação professor-aluno e práticas pedagógicas tradicionais que acabam sendo excludentes e formadora de estigmas.

A sociedade, assim como a indisciplina escolar também está em constante construção, desconstrução e reconstrução de seus costumes e cultura, o que forma e transforma em cada território diversas formas de agir e reagir. Essa diversidade é encontrada dentro da escola. Aquino (1996) afirma que a escola assim como não está preparada para receber a multiplicidade de formas indisciplinadas, também não está preparada para

receber as diversas formas subjetivas que a compõe, possuindo práticas pedagógicas excludentes e corretoras das condutas.

De acordo com Louro (2007) a escola em sua grande maioria tem funcionado ainda como uma instituição que possui praticas disciplinares. Foucault (1991) afirma que nas instituições com praticas disciplinares existem mecanismos de correção das posturas dissidentes das normas pré-estabelecidas. Esses mecanismos procuram moldar a subjetividade do educando por meio de estratégias de poder que instauram formas de condutas moralmente estabelecidas pelas macropolíticas, geridas pelos professores, pedagogos e gestores, mediante discursos autoritários de poder que são punitivos. Os professores em suas práticas disciplinares mostram posturas autoritárias repressivas em relação ao alunado, essas práticas apareceram em frases, tais como, “se começa (a indisciplina) a gente corta a asa logo cedo pra não deixar o negócio crescer” (S1).

Louro (2007) expõe que além das práticas que procuram moldar o alunado, a escola possui outra prática pedagógica também gerida por professores, pedagogos e gestores que procura controlar os alunos. Essa prática, traduzida pela sociedade de controle exposta por Foucault (1991), diferente da prática disciplinar que procura moldar cada indivíduo separadamente, tem como objetivo maior controlar coletividades, através também das normas pré-estabelecidas pelas macropolíticas e de práticas assim como a educação disciplinar, punitivas. A educação de controle, traz como técnica além de punição mecanismos de correção excludentes, que colocam o educando frente a um processo de ridicularização, tal como aparece em uma das falas, “geralmente um bom exemplo quando você pega um aluno e dá aquela “chegada”, o resto da sala passa uns dias bem bonzinho porque ainda funciona crucificar um em função dos outros” (s2).

As práticas tradicionais disciplinares e de controle que são hierárquicas e autoritárias ainda estão presentes em gestões nomeadas democráticas. Bellia e Santos (2010) afirmam que esse tipo de educação procura formar cidadãos que tenham capacidade de se adaptar a sociedade, ao seu meio cultural e modo de vida, aceitando as imposições colocadas pelo poder vigente. Essas práticas tem desencadeado uma ausência de relações democráticas dentro do ambiente escolar. Diante disso, o alunado procura manifestar seu descontentamento com as relações pedagógicas e

com o poder vigente, por meio de comportamentos compreendidos como indisciplinados por gestores e professores.

De acordo com Bellia e Santos (2010) a educação está passando por um momento de transição entre a educação tradicional e a nova pedagogia. Esse momento de transição está sendo crítico, pois dentro da nova pedagogia ainda há esboços de técnicas utilizadas na educação tradicional, como a educação disciplinar e de controle definidas acima. Bellia e Santos (2010) afirmam que na nova pedagogia toda comunidade escolar está envolvida dentro do processo pedagógico através de uma relação permeada pela democracia. Segundo os autores supracitados essa relação não vem ocorrendo quando se trata em dar espaço para que o alunado se manifeste. Entre os discursos dos sujeitos entrevistados houve a presença constante de exclusão dos alunos do processo pedagógico por gestores e professores acreditarem que o aluno não possui projetos que sejam satisfatórios para o ambiente escolar, pelo contrário, de acordo com a fala de sujeitos entrevistados em uma categoria de resposta que questionava a participação dos alunos, eram constantes colocações como, “eles só pedem carga horária reduzida” e “não levam nada a sério”.

Silva (2009) expõe que a maneira democrática que a gestão escolar vem construindo remete a democracia grega. Uma democracia feita por poucos que exclui dos processos políticos determinadas classes do contexto social. Segundo um dos sujeitos entrevistados, essa exclusão tem causado descontentamento no alunado e a indisciplina é a maneira que o aluno vem manifestando seu desânimo e com a forma que os planos pedagógicos e relações escolares vêm acontecendo. Marinho (2009) expõe que os alunos sabem como devem se comportar em sala de aula e para o autor o comportamento inadequado é uma estratégia indisciplinada de tentar chamar atenção do docente e sinalizar que algo não vai bem.

Os sujeitos entrevistados não consideram que as práticas pedagógicas contribuem para o aparecimento do fenômeno da indisciplina dentro do ambiente escolar. Nas entrevistas aparecem falas que deixam claro que para os sujeitos a escola é mais uma vítima do fenômeno da indisciplina. De acordo com as entrevistas os alunos já chegam indisciplinados dentro da escola e apresentam comportamentos de má conduta e criminalidade. Diante dessa afirmativa, os sujeitos entrevistados expõem que a escola vem desempenhando papéis que não são dela.

Entre esses papéis está educar moralmente o alunado. De acordo com Araújo (1996) a moralidade está ligada a normas, mas não são todas as normas que estão ligadas à moralidade. Para uma norma estar ligada à moralidade segundo o autor, ela precisa ser construída dentro de um processo democrático e cooperativo. Em uma categoria de respostas sobre o cooperativismo dentro das escolas entrevistadas não apareceu em nenhum discurso dos sujeitos entrevistados a participação cooperativa dos alunos. Além das relações pedagógicas autoritárias, por meio dos discursos dos sujeitos é notório que o alunado vem sendo excluído das relações democráticas dentro do ambiente escolar.

De acordo com Faiffer (2011) trabalhar na construção moral de cidadãos e cidadãs é considerar dentro da gestão escolar os papéis de cada membro que a compõe. Na relação professor – aluno, o professor pode reconstruir suas práticas pedagógicas e deixar de lado sua postura autoritária e normatizadora, o mesmo pode ser feito pelos demais membros da gestão escolar. Essa gestão pode adotar estratégias democráticas e participativas que dando espaço ao diálogo, expressão de opiniões, sentimentos e ideias.

Segundo Faiffer (2011) a escola quando compreende sua função socializadora e responsabilidade na formação moral dos alunos, ajuda na construção de personalidades livres que são capazes de gerir sua própria vida. Mas além de compreender seu papel a escola precisa construir um ambiente com regras coerentes e justas. De acordo com Garcia (1999) as escolas precisam rever seus planos políticos pedagógicos e desenvolve uma diretriz disciplinar neles. Essa diretriz precisa basear-se em regras que só serão legítimas se forem construídas com a participação dos estudantes e de toda a comunidade escolar

Garcia (1999) afirma que conselhos, assembleias de classe e os acordos de sala de aula entre professor e aluno são exemplos de estratégias democráticas preventivas ao fenômeno da indisciplina e servem para reconstrução das práticas pedagógicas, construção das regras e como prevenção a indisciplina e construção da disciplina. Essas estratégias não apareceram valorizadas nas entrevistas realizadas. Araújo (2008), sobre as estratégias preventivas expõe que além de garantir os direitos e deveres do educando dentro do ambiente escolar e levá-lo a compreender qual sua postura como membro da comunidade escolar servem para a construção

de aspectos da vida coletiva e pessoal dos educandos, como a democracia escolar e social; o protagonismo e a participação social; os valores morais e éticos; o entendimento sobre como estratégias de resolução de conflitos podem contribuir para a formação ética e psíquica das pessoas, e para a transformação das relações interpessoais no âmbito escolar.

O papel da escola vai além de ministrar uma constante e simplista transmissão de saberes. Ela precisa promover o crescimento do educando como ser social e individual. Para isso, é preciso democratizar as relações entre professor-aluno, gestão-aluno, gestão-família, professor-família, aluno-família e aluno-aluno dentro do ambiente escolar, por meio de ações que promovam a equidade, liberdade e igualdade, tais como, projetos pedagógicos com atividades extracurriculares, conselhos de classe, assembleias escolares e grêmio estudantil com a participação de todos os membros para que conscientizem democraticamente o papel esperado de cada membro de compõe a comunidade escolar, para que as relações sejam menos assimétricas e voltadas por relações de poderes desiguais que causam exclusão e indisciplina (KLEIN, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto educação e democracia repercute no Brasil a partir da recepção da obra de Dewey estudada e apresentada por Anísio Teixeira, o qual empenhou-se em efetivar uma nova educação que pudesse desenvolver nos alunos a autonomia e participação. O objetivo era a formação de um indivíduo para a vida social democrática, o qual saiba conviver e cooperar com os outros, saiba expressar suas opiniões e respeitar o modo dos outros se expressarem, um indivíduo que saiba debater e que esteja aberto para discussões.

Entretanto, notamos uma compreensão incompleta e fragmentada dos sentidos e possibilidades para a democracia escolar e sua relação com formação moral e social do alunado. Essa consideração está apoiada na percepção incompleta da função dos conselhos, das assembleias escolares e das relações democráticas que poderiam ser estabelecidas nos ambientes educacionais, iniciativas estas, que quando existem, são compreendidas como meramente dispositivos legais a serem cumpridos. Além disso, notamos também uma desvalorização da participação juvenil

nas assembleias e conselhos escolares, fenômeno indicativo das posturas autoritárias de gestão, que partem do pressuposto de que os alunos são descompromissados e não querem se envolver ou se responsabilizar com as questões escolares. Em virtude dessa percepção, notamos ainda uma culpabilização do aluno em não exercer sua participação, a julgar pela fala de um dos sujeitos ao dizer que o aluno “não participa porque não quer mesmo participar”.

Outro ponto a ser considerado é a ausência de estratégias na formação para a democracia em seus diversos contextos: não apareceu em nenhuma das entrevistas situações em que os educadores criem estratégias para a conscientização e promoção da autonomia dos jovens, bem como formas de incentivo para que eles possam efetivamente participar. Em alguns falas apareceu inclusive uma desvalorização da participação do aluno no sentido que, segundo o sujeito entrevistado, quando os alunos se manifestam eles tumultuam as reuniões e não falam coisas importantes.

A partir dessas problematizações, podemos aludir a necessidade de aprofundar na formação docente as discussões e estudos sobre democracia escolar, bem como exercitar nessa mesma formação de professores as práticas de participação democrática em conselhos, assembleias e fóruns pedagógicos. Essas iniciativas durante o processo de formação docente podem viabilizar compreensões da relação entre democracia e educação e abrir espaços para iniciativas estratégicas de gestão democrática dos conflitos e desafios em relações educacionais escolares.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, S. L. **Um olhar histórico sob a gestão democrática nas escolas pública alagoanas: pedagogias clientelistas e oligárquicas de sua gênese aos dias atuais.** In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, Joao Pessoa. 31/07 a 03/08/2012. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminário>. Acesso em: 20 ag. 2014.

AQUINO, J. G (org.). **A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento.** Indisciplina na escola. São Paulo: Summus, 1996.

ARAÚJO, U. F. **O ambiente escolar cooperativo e a construção do juízo moral infantil**: sete anos de estudo longitudinal. Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, v. 2, n. 2, p.1-12, fev. 2001.

ARAÚJO, U. F. **Resolução de conflitos e assembleias escolares**. 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1743/1623>. Acesso em: 05 de Nov. de 2014.

ARAÚJO, U. F. **A construção de escolas democráticas**: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2001.

BRAGA, A. R.; MORAES, H. B. de. **Escola e família como ambientes favoráveis à cooperação**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del Rei, 4(2), Jul. 2010.

BALÓI, J. A. **A concepção da educação democrática na obra “democracia e educação” de John Dewey**. 2009. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/a-concepcao-da-educacao-democratica-na-obra-democracia-e-educacao-de-john-dewey>>. Acesso em: 07 out. 2014.

BELLIA, R. A. C. L; SANTOS, S. A. **Indisciplina escolar**: Um dos desafios à gestão democrática. 2010. Disponível em: http://gephispn.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/indisciplina_escolar-um_dos_desafios_a_gestao_democratica.pdf. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, 1996.

DANKE, A. S; GOLBA, M. A. M. Percepção social da indisciplina: Possíveis relações com a formação docente. **Pleidade**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 79-88, Jul./Dez. 2007.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: companhia editora nacional, 1979. 416 p.

FÁVERO, A. A.;TONIETO, C. **Leituras sobre John Dewey e a Educação**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

FAIFFER, T. **Disciplina e Limites: Desafio e limites na escola pública**. 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71930/000880679.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 out. 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FERREIRA, L. P. As bases do pensamento democrático liberal: Uma visita as obras de John Locke e Jean-Jacques Rousseau. **Perspectiva Sociológica**, Ano 2, n. 3, mai.-out. 2009.

GARCIA, J. Indisciplina na escola: Uma reflexão sobre dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, p. 101 – 108, Jan./Abr. 1999.

KLEIN, A. M. **Escola e democracia: um estudo sobre a representação de alunos e alunas do ensino médio**. 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, J. F. L. Educar para a democracia como fundamento da educação no Brasil do século XX: a contribuição de Anísio Teixeira. n. 39, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100015>. Acesso em: 07 out. 2014.

LOURO, G. **O corpo educado - pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARINHO, E. A. R. **Uma reflexão sobre a indisciplina no ambiente escolar**. 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educera2009/anais/pdf/1913_1054.pdf. Acesso em: 20 ag. 2014.

MOTA, I. M. de A. **Gestão educacional: arquitetura das relações humanas e exercício de poder na escola cooperativa**. Campinas, (Dissertação), Universidade Estadual de Campinas, 2003.

NACIMENTO, J. M. S. **Conselho escolar**: os desafios na construção de novas relações na escola. 2007. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uece.br%2Fcovio%2Findex.php%2Farquivos%2Fdoc_download%2F47jocianemariasousanescimeto1&ei=gCQ0VOFKGoHGggS3p4C4Dw&usg=AFQjCNEB1Ri0kdaJd0ODRHsP9cERG04qvw&bvm=bv.76943099,d.eXY>. Acesso em: 21 ag. 2014.

SILVA, N. R. G. **Gestão escolar democrática**: uma contextualização do tema. *Práxis Educacional*, v. 5, n. 6, 2009. Disponível em:<<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/306/340>> Acesso em: 07 out. 2014.

SOUZA, R. A. de; MARTINELLI, T. A. Considerações históricas sobre a influência de Jonh Dewey no pensamento brasileiro. São Paulo. **Revista Histedbr on line**, n.35, p. 162 e 172, ano 2009. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3829>. Acesso em: 14 abr. 2015.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação**: a escola progressiva ou a transformação da escola. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.

VERÁSTEGUI, R. L. A. Dewey e a proposta democrática na educação. **Revista Redescições**. n. 4, 2012. Disponível em: < http://www.gtpragmatismo.com.br/redescicoes/redescicoes/ano3_04/2-rosa.pdf>. Acesso em: 07 out. 2014.

Recebido em: 15/07/2016

Aprovado em: 28/07/2016